

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANSSUMANE CASSAMA

UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO: UMA
AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

FORTALEZA

2018

UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO: UMA
AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

ANSSUMANE CASSAMA

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas do Departamento de
Economia da Universidade Federal do
Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maia Sobral

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C336u Cassamá, Anssumane.
União econômica e monetária do oeste africano: uma avaliação
do crescimento, instituições e desenvolvimento / Anssumane Cassamá. –
2018.
47 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de
Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Atuariais, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Prof. Dr. Fábio Maia Sobral.

1. UEMOA. I. Título.

CDD 368.01

ANSSUMANE CASSAMA

UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO: UMA
AVALIAÇÃO DO CRESCIMENTO, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas do Departamento de
Economia da Universidade Federal do
Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Maia Sobral

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela importância em minha vida e incondicional apoio e suporte.

Ao Prof. Dr. Fábio Maia Sobral, orientador, pela disposição e atenção para me ajudar na conclusão do presente trabalho.

Aos participantes da banca examinadora, Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira e Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira, por contribuírem com observações que enriqueceram a pesquisa.

A todos os professores dos departamentos de teoria econômica e economia aplicada que me ajudaram a entender de forma mais eficaz a Ciência Econômica, proporcionando a realização do presente trabalho.

A todos meus amigos e colegas de curso. A todos os funcionários da FEAACS pela colaboração. A todas as pessoas aqui não mencionadas, mas que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso desta investigação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países que pertencem a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), bem como a qualidade de suas instituições além de verificar o contexto e o processo histórico no qual o bloco econômico foi construído e modificado ao longo dos anos. A análise é realizada a partir da avaliação de indicadores selecionados ao longo do tempo. Dentre os resultados encontrados, estão a queda no desempenho dos países em relação à acompanhar o crescimento da renda *per capita* mundial, esforço de melhorias constitucionais em relação ao ambiente de negócios. Os principais resultados, no entanto, são a falta de padrão na direção e na intensidade nos indicadores relacionados ao desenvolvimento econômico. O presente trabalho sugere que os países pertencentes a UEMOA busquem avaliar quais medidas tiveram sucesso em promover de alguma forma o desenvolvimento econômico nos outros países da união, de forma a adaptar para suas condições.

Palavras-Chave: UEMOA, desenvolvimento, crescimento, instituições, bem-estar.

ABSTRACT

The object of this paper is to the growth and the economic development of the West African Economic and Monetary Union (WAEMU) countries, as the quality of its institutions as well and to verify the context and historical process in which the economic bloc was built and modified over the years too. The analysis is performed from the evaluation of selected indicators over time. Among the results found I noticed the decline in the performance of the countries in relation to the growth of world *per capita* income, an effort of constitutional improvements in relation to the business environment as well. The main results, however, are the lack of pattern in the direction and intensity of the development indicators. This paper suggests for the WAEMU countries to pursuit reforms that succeeded in developing others nations of WAEMU.

Key words: WAEMU, development, growth, institutions, welfare.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOF	Àfrica Ocidental Francesa
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CFA	Comunidade Franco Africana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAFTA	North American Free Trade Agreement
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade do Poder de Compra
PTF	Produtividade Total dos Fatores
RDA	<i>Rassemblement Démocratique Africain</i>
UEMOA	União Econômica e Monetária do Oeste Africano
UMOA	União Monetária do Oeste Africano

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Formação Histórica da UEMOA	12
3. O Conceito de Desenvolvimento	18
4. Crescimento Econômico.....	21
4.1 PIB per capita	22
Taxa de investimento.....	25
Produtividade total dos fatores.....	28
5. Ambiente Institucional	30
Burocracia	30
Corrupção, eficácia do governo e estabilidade política	31
6. Desenvolvimento Econômico.....	35
Crescimento no número de artigos científicos anuais	35
Indicadores de saúde.....	36
Porcentagem da população com acesso à internet.....	38
Igualdade de gênero	39
IDH	41
7. Conclusões.....	43
8. Referências	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Características dos países da UEMOA	16
Tabela 2 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1974 e 1994.....	22
Tabela 3 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1974 e 1993.....	23
Tabela 4 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1994 e 2014.....	24
Tabela 5 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares PPC) entre 1994 e 2014.....	25
Tabela 6 Número de dias necessários para abrir um negócio e número de horas necessárias para o pagamento de impostos nos países da UEMOA	31
Tabela 7 Índices de corrupção, estabilidade política e eficiência governamental nos países da UEMOA (-2,5 mínimo; 2,5 máximo)	33
Tabela 8 Taxa de crescimento no número de artigos publicados em todo o ano entre o ano de 2003 e o ano de 2016 para os países da UEMOA e o mundo	35
Tabela 9 Prevalência de desnutrição como proporção da população e gastos (públicos e privados) com saúde per capita (US\$ de 2000 PPC)	37
Tabela 10 Porcentagem da população com acesso à internet nos países da UEMOA ...	39
Tabela 11 Participação feminina no parlamento e na população geral para os países da UEMOA e para o mundo	41
Tabela 12 Evolução do IDH para os países da UEMOA.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1 Evolução da Taxa de Investimento	26
Figura 2 Evolução da Taxa de Investimento	27
Figura 3 PTF dos países da UEMOA em relação a PTF dos EUA (padronizado PTF EUA =1 em todos os períodos).....	28

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de crescimento e desenvolvimento e o nível institucional dos países que participam da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) nos últimos anos. Criada em janeiro de 1994, a UEMOA tem como foco promover a integração e a busca pelo desenvolvimento econômico de seus estados membros. Seus membros eram: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Já em 2 de maio de 1997, Guiné-Bissau se torna o oitavo integrante da UEMOA.

É notável a discussão na literatura sobre o papel da formação de blocos econômicos no processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Braga (2002) argumenta que tal debate foi impulsionado pela criação de grandes acordos regionais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), ao acender inúmeros questionamentos sobre os contextos econômicos, políticas e sociais decorrentes dos processos de integração na atual configuração das relações econômicas internacionais.

A análise sobre o crescimento econômico é feita sobre os níveis de renda per capita, bem como sobre os determinantes do crescimento de curto e longo prazo.

Já a análise do ambiente institucional é realizada levando em consideração a burocracia no ambiente de negócios e diferentes avaliações sobre o governo, desde o controle da corrupção até a eficiência governamental.

Finalmente, o estudo sobre o desenvolvimento do países membros da UEMOA é feita sob uma diversa gama de indicadores abordando temas como desenvolvimento científico, saúde, igualdade de gênero entre outros.

O trabalho consiste de sete seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é analisado o processo histórico que culminou na formação da UEMOA, na terceira seção é realizada uma rápida discussão sobre a definição de desenvolvimento econômico através dos anos, as seções de quatro a seis analisam respectivamente o processo de crescimento, ambiente institucional e o desenvolvimento econômico dos países da UEMOA, finalmente, a última seção discute a evidência encontrada.

2. Formação Histórica da UEMOA

O propósito da criação dos blocos econômicos na África vai além dos fatores econômicos, como todos sabemos, a África passou por mais de 500 anos sob o domínio europeu e conseqüentemente sofreu com vários outros fatores pós independência, como as instabilidades políticas, miséria e altos índices de pobreza, principalmente na África subsariana. A história da criação de blocos econômicos na África surgiu como uma forma de criar instituições que visam não só unir as regiões, mas também como uma forma de superar as dificuldades e desafios que países frágeis, que tinham obtido a independência recentemente enfrentariam.

Devido a crescente preocupação de estabelecer e fortalecer as instituições Africanas e enfrentar os problemas futuros, no dia 25 de maio de 1963 criou-se a Organização da Unidade Africana (OUA), que atualmente é denominada de União Africana. Um dos idealizadores foi o antigo imperador da Etiópia Haile Selassie com apoio de 32 países ao todo (KI-ZERBO, 1972).

Mas antes de tudo, a inspiração para a criação se remete a um grupo ideológico chamado pan-africanistas, um grupo de intelectuais de origens africanas, que lutam contra a colonização do povo africano e conseqüentemente contra a hegemonia branca. Esse grupo começou a ganhar força depois da segunda guerra mundial, na qual começaram a exercer uma certa pressão convista a valorização cultural da África e a favor da completa desocupação da África dos colonizadores. Preocupação essa que os motivou a apoiar a criação de uma organização africana e a primeira ação da organização foi criar um Comitê de libertação que apoiou a luta contra o poder da hegemonia branca na Namíbia.

Muitas são as razões e fatores que influenciaram a criação da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), porém alguns dos fatores mais importantes são: a proximidade geográfica dos estados membros, as semelhanças no processo histórico, em especial o fato de estes países terem sido colonizados e alcançarem independência em um mesmo período além da todos terem sofrido grande instabilidade política após suas respectivas independências¹.

¹ Estes devido ao processo de colonização.

A colonização exerceu dois papéis no processo de formação da UEMOA. Influenciou indiretamente ao nutrir nos países colonizados o sentimento de união para poder reverter os efeitos da exploração. Também influenciou diretamente pelo fato da maioria dos estados membros terem sido colônias ou protetorados da França.

O início do processo de formação da UEMOA é datado a partir da Conferência de Berlim – que foi organizada pelo Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, e ocorreu entre o fim de 1884 e início de 1885 – nesta, ocorreu a partilha da África e com ela o início do neocolonialismo. As potências ocidentais realizaram a divisão do continente sem levar em consideração a formação e o contexto histórico nos quais as populações colonizadas estavam organizadas. Ressalta-se, como descrito em Fernandes (2011), embora nem todos os países dos sete países da atual UEMOA que foram colonizados pela França tenham sido inicialmente colonizado por esta, a França acabou por exercer maior influência nestes².

Porém, Fernandes (2011) trata como o início da formação do bloco o surgimento da África Ocidental Francesa, que ocorreu em 1895 – alguns anos após a conferência de Berlim, e depois pela formação da Comunidade Franco Africana (CFA³). Estas, segundo o autor, trataram de tentativas do governo colonial francês em manter maior controle nas políticas monetária e comercial de suas colônias. Estratégia que incluiu a criação do Franco CFA⁴⁵ no ano de 1945, uma moeda única de circulação em suas colônias. Faziam parte da AOF a Mauritânia, o Senegal, o Sudão Francês (atual Mali), a Guiné, a Costa do Marfim, o Níger, o Alto Volta (atual Burkina Faso) e o Daomé (atual Benim).

De acordo com Mensah (1979), em 1959 foi extinto o Instituto emissor da África Ocidental Francesa e Togo e fundado o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), este atualmente atua como banco central dos estados membros da UEMOA.

² Como autor destaca, os portugueses foram os primeiros a colonizarem a região e logo iniciaram o comércio de marfim e escravos no litoral. Porém, vários dos Estados que surgiram a partir do século XVII se colocaram sob a proteção da França que chegou a região em 1842.

³ Segundo Fernandes (2011), CFA significava inicialmente “Colônias Francesas da África” e o Franco CFA significava franco das colônias francesas da África.

⁴ Que também circulou na África Equatorial Francesa (AEF), que segundo Fernandes (2011) atualmente corresponde a Comunidade Econômica da África Central (CEMAC), integrada por Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné-Equatorial e República Centro Africana.

⁵ Juntas a AOF e a AEF constituíam a Zona do Franco.

As atribuições do BCEAO são:

- Definir e implementar a política monetária na UEMOA;
- Assegurar a estabilidade do sistema bancário e financeiro da UEMOA;
- Promover o bom funcionamento e garantir a supervisão e a segurança dos sistemas de pagamento na UEMOA;
- Aplicar a política cambial da UEMOA, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho de Ministros;
- Gerir as reservas oficiais de divisas estrangeiras dos estados membros da UEMOA.

No ano seguinte, a maioria⁶ dos países então pertencentes a AOF conquistam independência. Destacando-se o surgimento da Federação do Mali em 1959, que constituía-se da união do Sudão Francês, do Senegal, do Alto Volta e do Daomé. Porém Alto Volta e Daomé desistiram de participar da nova federação e assim apenas o Sudão Francês e o Senegal fizeram parte.

Posteriormente, segundo Chafer (2002) devido a fortes divergências políticas, Senegal e Sudão Francês se separaram. De acordo com o autor, o perfil político do Senegal de grande pluralismo e eleições disputadas era bastante diferente – principal razão para os atritos – do RDA⁷ Sudanês que tinha forte influência comunista, e tinha convicção que refletia a expressão direta do povo. Devido estas divergências políticas, a então Federação do Mali se divide, onde o Sudão Francês adota o nome Mali e os dois países permanecem independentes, separadamente.

Com todas as nações independentes, sete dos membros da antiga AOF assinaram um tratado em 12 de maio de 1962 que criava a UMOA (União Monetária da África Ocidental), os participantes eram a Mauritânia, o Senegal, o Níger, a Costa do Marfim, o Alto Volta e o Mali. Este último apesar de assinar o tratado não o ratificou, participando oficialmente apenas em fevereiro de 1984 quando o tratado é ratificado.

Em 27 de novembro de 1972, as autoridades mauritanas notificam oficialmente a retirada da Mauritânia da UMOA. Um ano depois da retirada oficial da Mauritânia, o Togo assina o tratado e adere oficialmente a UMOA.

⁶ Com exceção de Guiné que conquistara sua independência em 1958.

⁷ Segundo Appiah e Gates (2010), RDA (*Rassemblement Démocratique Africain*) era um partido da antiga AOF que lutou pela descolonização africana.

Destaca-se no mesmo ano (1973) a conquista da independência de Guiné-Bissau, único estado membro não francofônico que atualmente pertence à UEMOA. De acordo com Silva (2015), a primeira tentativa de inserção de Guiné-Bissau, no bloco ocorreu em 1987 – na então UMOA – porém as negociações foram infrutíferas.

Segundo Olivier (2014), a UMOA estava organizada em quatro ideias principais: 1) assegurar a conversibilidade e a paridade fixa da moeda da União; 2) garantir a livre circulação da moeda e a liberdade de transferência entre os Estados; 3) estabelecer uma taxa e câmbio comum; 4) prever a criação de uma reserva comum de câmbio entre os Estados-membros.

A UEMOA surge com a assinatura de um tratado entre os estados membros da antiga UMOA em Dacar no dia 10 de janeiro de 1994, sendo esta considerada como uma espécie de prolongamento de sua antecessora.

De acordo com Fernandes (2011), esta reunião de chefes de estado foi motivada pela desvalorização do Franco CFA e a necessidade de mudanças no bloco devido ao planejamento de mudanças estruturais motivadas pela desvalorização do dólar e queda nos preços dos produtos pertencentes à pauta exportadora dos estados membros que ocorrera em anos anteriores.

Já em 2 de maio de 1997 entra em vigor o acordo assinado meses antes que tratava da adesão de Guiné-Bissau⁸ na UEMOA. Assim a UEMOA finalmente estava criada e constituía de todos os seus atuais estados membros: Benin (antigo Daomé), Burkina Faso (antigo Alto Volta), Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali (antigo Sudão Francês), Niger, Senegal e Togo.

Assim, nota-se que o processo de formação do bloco teve diversas influências, sendo a mais importante sem dúvida o triste processo de colonização africana a partir da partilha da África no século XIX.

A tabela a seguir mostra algumas características dos países pertencentes à UEMOA:

⁸ De acordo com o artigo 104 do tratado da UEMOA, qualquer país africano pode solicitar participação em uma ou mais políticas da União como membro associado.

Tabela 1 Características dos países da UEMOA

	Área	Ano de Independência	População 2014 (milhões)
Benin	112 622 km ²	1960	10,59848
Burkina Faso	274 222 km ²	1960	17,5892
Costa do Marfim	322 462 km ²	1960	22,15711
Guiné-Bissau	36 125 km ²	1973	1,800513
Mali	1 240 198 km ²	1959 ⁹	17,08602
Níger	1 267 000 km ²	1960	19,11373
Senegal	196 712 km ²	1960	14,67256
Togo	56 785 km ²	1960	7,115163

Fonte: Penn World Table, World Bank. Elaboração do autor.

A UEMOA tem como objetivos:

- Reforçar a competitividade econômica e financeira dos Estados-Membros num ambiente de mercado aberto e competitivo e num contexto jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência nos desempenhos e políticas econômicas dos Estados-Membros, instituindo procedimentos de monitoração multilaterais;
- Criar um mercado comum entre os Estados-Membros, baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, o direito de estabelecimento de trabalhadores por conta própria ou assalariados, bem como uma tarifa externa comum e uma política comum de mercado;
- Instituir a coordenação de políticas nacionais setoriais implementando ações conjuntas e eventualmente administrando políticas conjuntas, particularmente sobre: recursos humanos, administração territorial,

⁹ Considera-se a data de independência da então Federação do Mali, dado que o Sudão Francês manteve o nome de Mali após a separação com Senegal como discutido anteriormente.

agricultura, energia, indústria, minas, transportes, infraestrutura e telecomunicações;

- Harmonizar, na medida do necessário, todas as medidas tomadas para assegurar o bom funcionamento do mercado comum, os sistemas legislativos dos Estados membros e, particularmente, o sistema tributário.

No que se refere à organização¹⁰, a UEMOA tem os seguintes organismos que garantem seu funcionamento: i) Conferência dos Chefes de Estado e Governos; ii) Conselho de Ministros; iii) Comissão da UEMOA; iv) Tribunal de Justiça; v) Tribunal de Contas; vi) Comissão Interparlamentar; vii) Câmara Consular Regional; viii) Conselho do Diálogo Laboral e Social e ix) Conselho das Comunidades Territoriais.

¹⁰ Quanto à organização, atividades, frequência de reuniões, objetivos, obrigações e responsabilidades de cada órgão da UEMOA são encontradas em Fernandes (2011). Estas não foram incluídas, pois são consideradas fora do escopo do presente trabalho.

3. O Conceito de Desenvolvimento

Segundo Leite (1983) o processo de desenvolvimento econômico tem caráter multidimensional, abrangendo a reorientação e reorganização completas do sistema econômico e social, este deve motivar mudanças fundamentais buscando a redução da pobreza, o aumento das oportunidades de emprego, redução das desigualdades, a elevação geral da vida (saúde, educação, alimentação e etc.) além de possibilitar a ascensão humana e o auto-respeito em uma sociedade democrática e justa.

Ray (1998) argumenta que o desenvolvimento econômico é o objetivo primário da maioria das nações do mundo, além de destacar diversos elementos que servem de medida para este objetivo como: a renda per capita, boa alimentação e saúde, ausência de violência e discriminação além de liberdades políticas e sociais, desenvolvimento intelectual e cultural entre outros.

Para Lemos (2008) o desenvolvimento é um conceito complexo que envolve uma grande quantidade de elementos para o seu entendimento estando além da capacidade produtiva do sistema social, implicando numa irradiação do progresso econômico para o grosso da sociedade.

De acordo com Sen (1990), o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais das quais as pessoas desfrutam e, por consequência, requer a remoção das maiores fontes da falta de liberdades como pobreza, tirania, privação social, intolerância bem como a promoção das oportunidades econômicas.

Montibeller Filho (1993) explica que na década de 1980 o conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento da *International Union for Conservation Nature*, o conceito de desenvolvimento sustentável foi colocado como paradigma, tendo como princípios: i) integrar conservação da natureza e desenvolvimento; ii) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; iii) perseguir equidade e justiça social; iv) buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; v) manter a integridade ecológica.

Um dos principais tópicos sobre a teoria do desenvolvimento é dado pela distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. Argumenta-se que o demasiado foco apenas no crescimento da renda per capita não consegue traduzir de

forma plena o processo de desenvolvimento econômico. Para reforçar este argumento, utiliza-se do fato de que o crescimento econômico não mensura alguns fatores que impactam diretamente sobre o padrão de vida da população como desigualdade social, acesso insuficiente à saúde e educação, não garantias de direitos e liberdades políticas, emissão excessiva de poluição, instabilidade política combinada com políticas adotadas de maneira errônea entre outros. A distinção exposta é fortemente reforçada na literatura como em Souza (1997), Gillis et. al. (1987), Gonçalves (2013), Lemos (2008) são alguns exemplos.

Segundo Dang et.al. (2015) antes dos anos 1970 o crescimento econômico rápido era visto como uma boa *proxy* para o desenvolvimento econômico, porém nesta década a preocupação em relação a milhares de pessoas vivendo em condições de pobreza moveu a atenção da literatura baseada em desenvolvimento do foco da análise da renda para uma análise mais complexa.

Pode-se se utilizar deste conceito anterior para dividir o processo de desenvolvimento nos anos anteriores à segunda guerra mundial. Segundo Villela (2013), a história do desenvolvimento – e da vida humana em sociedade – pode ser dividido em dois períodos o de crescimento *Malthusiano* e *Smithiano*. O primeiro caracterizado por um padrão de pobreza generalizado e estagnação econômica, sendo esta última dada pelo caráter extensivo do crescimento¹¹. A produção era o fator principal na determinação do crescimento populacional, aumentos de renda geravam crescimento populacional de forma que a renda per capita e, por consequência o padrão de vida, ficavam constantes.

Esta relação entre renda e crescimento populacional é baseada na argumentação de Malthus (1798), que afirma há um potencial da população em crescer acima dos meios de subsistência, sendo assim necessário métodos de controles populacionais. De fato, esta relação é ligada pela disponibilidade maior de recursos ligados a subsistência dada pelo aumento na produção, desta forma a população respondia de forma positiva, crescendo.

Já o crescimento *Smithiano* surge como uma quebra do paradigma da impossibilidade do aumento no padrão de vida da população. Esta forma de crescimento

¹¹ Que é gerado a partir do maior uso dos fatores produtivos.

de acordo com Villela (2013) é associada a ganhos de produtividade associados à divisão do trabalho.

Uma maior especialização gerada por uma maior população permite ganhos de especialização no comércio, criando uma maior eficiência alocativa na economia, sendo gerada pelo processo de *learning by doing*. Esta forma de crescimento foi pela primeira vez observada após a Revolução Industrial.

Apesar da discussão acima ser focada apenas no crescimento econômico, este levou a uma considerável elevação do padrão de vida, mencionada na definição de crescimento Smithiano, observada após a disseminação do processo de divisão do trabalho pode ser considerada um marco no processo de desenvolvimento econômico. Pois, a partir deste processo, houveram ganhos econômicos suficientes para expandir a qualidade de vida da população mundial em outros âmbitos, tais como: redução dos longos períodos de fome, evolução tecnológica, expansão da medicina, entre outros.

Atualmente o conceito de desenvolvimento deixou de ser determinado essencialmente um processo de expansão da renda per capita para um processo mais complexo que envolve a aumento do padrão de vida experimentado pela população de um país ou região.

Embora seja exaustivamente evidenciado que, pelo menos em média, uma região com maior nível de renda per capita tem uma população vivendo em melhores condições. Assim, o crescimento econômico deve ser visto como uma característica necessária, mas não suficiente, para o processo de desenvolvimento.

Desta análise conclui-se que o desenvolvimento econômico é, sem dúvida, um processo complexo que deve ser entendido como a expansão da qualidade de vida das pessoas nas mais diversas fronteiras.

4. Crescimento Econômico

Muito se discute sobre o nível de renda per capita de um país sobre o seu nível de desenvolvimento. Como explicado por Leite (1983), nos primeiros anos pós-guerra, um país era considerado desenvolvido se este apresentasse um crescimento da renda per capita durante um longo período de tempo. Porém, segundo o autor, a partir do início da década de 1970, este indicador passou a ser considerado inadequado para traduzir o processo multidimensional que se constituía o desenvolvimento econômico.

Além da óbvia necessidade do produto per capita ser medido em uma unidade de moeda comum – na qual é comumente utilizado o dólar – Ray (1998) argumenta que a renda per capita ainda apresenta alguns problemas de mensuração. Por exemplo, quando são analisadas diferenças no PIB per capita entre países em moeda comum, as taxas de câmbio não conseguem traduzir todos os preços praticados em ambas às economias. Segundo o autor, apenas os preços dos bens que ambos os países comercializam internacionalmente são traduzidos pelas taxas de câmbio¹². Segundo o autor, devido os países pobres terem menor renda entre seus habitantes, é de se esperar que estes bens não negociados no mercado internacional sejam mais baratos nestes países. De forma que a simples conversão em moeda comum pode subestimar a renda real per capita dos países mais pobres e, por consequência, superestimar as desigualdades entre diferentes nações.

Porém uma forma de contornar este problema de medida surge com a construção de preços internacionais para um grande cesta de bens e serviços, ao tomar a média dos preços destes bens em moeda comum em diferentes países. Então o produto agregado de um país é estimado utilizando-se estes novos preços, gerando o PIB em paridade do poder de compra (PPC).

Mesmo com esta medida padrão, o produto per capita apresenta falhas consideráveis sobre traduzir de forma suficiente o processo de desenvolvimento de um país ou região. Dentre os fatores mais marcantes ignorados neste tipo de análise estão: a desigualdade entre indivíduos de um mesmo país, a desnutrição, a educação, liberdades individuais e políticas, os custos das externalidades geradas no processo produtivo dentre outros.

¹² Assim muitos preços considerados importantes para o padrão de vida da população como serviços e gastos de infraestrutura não são considerados.

De acordo com Ray (1998), o produto per capita pode falhar em traduzir todo o grau de desenvolvimento de um país. Porém o autor demonstra que, em média, espera-se que um país com maior nível de renda per capita tenha um desempenho melhor em diferentes indicadores de desenvolvimento do que países com renda per capita menor. Assim, apesar deste indicador falhar em traduzir todo o processo de desenvolvimento econômico, sua análise pode ser útil quando for necessário condensar a análise apenas a um indicador¹³, entretanto os resultados são mais robustos quando este indicador é complementado com outros indicadores específicos. Esta posição do produto per capita não ser, em média, uma má aproximação do nível de desenvolvimento econômico também é defendida por Gonçalves (2003).

4.1 PIB per capita

A tabela abaixo mostra a evolução do PIB per capita dos países da UEMOA em relação ao PIB per capita mundial:

Tabela 2 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1974 e 1994.

1974/1994	Até 5%	Entre 5% e 15%	Entre 15% e 25%	Mais que 25%
Até 5%	0	0	0	0
Entre 5% e 15%	3	1	0	0
Entre 15% e 25%	2	0	0	0
Mais que 25%	0	2	0	0

Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

A tabela acima deve ser interpretada da seguinte forma: três dos quatro países que tinham renda per capita entre 5% e 15% da renda per capita mundial em 1974, apresentam renda per capita menor ou igual a 5% da renda per capita mundial.

¹³ Principalmente quando o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) for indisponível.

Enquanto um país deste quatro continua no mesmo intervalo de renda per capita como fração da renda per capita mundial.

Resumidamente, a soma de cada linha representa a quantidade de países em determinado grupo no ano inicial enquanto a soma de cada coluna representa a quantidade de países em cada grupo no ano final. Assim, os melhores resultados são observados se maiores números estiverem acima da diagonal que desce da esquerda para a direita da tabela, ou seja, países com renda per capita inicial baixa consigam crescer mais que a o mundo de forma agregada.

Destaca-se o empobrecimento de maioria dos países que hoje pertencem à UEMOA no período de 1974 a 1994¹⁴. Porém, pelo menos para os países que em 1994 participaram da criação da UEMOA, há uma justificativa para o baixo desempenho, no ano de criação da UEMOA houve uma forte depreciação do Franco CFA. Para contornar esse efeito, a tabela acima é refeita para o ano de 1993¹⁵.

Tabela 3 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1974 e 1993

1974/1993	Até 5%	Entre 5% e 15%	Entre 15% e 25%	Mais que 25%
Até 5%	0	0	0	0
Entre 5% e 15%	1	3	0	0
Entre 15% e 25%	1	1	0	0
Mais que 25%	0	1	1	0

Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Ao evitar o efeito da desvalorização do Franco CFA, nota-se uma redução menor do PIB per capita dos países da UEMOA em relação ao PIB per capita mundial. Porém ainda assim, o período apresenta um crescimento insuficiente para acompanhar o

¹⁴ A exceção é Benin que tinha sua renda per capita em torno de 13% da renda per capita mundial em 1974 e passou a ter 5,6% em 1994.

¹⁵ A tabela anterior foi mantida na análise pois Guiné-Bissau somente passou a fazer parte da UEMOA em 1997, logo não presenciou o efeito da desvalorização de sua moeda.

crescimento mundial por parte dos países da UEMOA. Como discutido anteriormente, a renda per capita pode não traduzir completamente o desenvolvimento econômico, no entanto pode ser considerada como pré-requisito para uma economia alcançar melhores resultados em outros aspectos do desenvolvimento.

A tabela abaixo apresenta o mesmo princípio das anteriores, porém foi construída para o período posterior à criação da UEMOA.

Tabela 4 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares) entre 1994 e 2014

1994/2014	Até 5%	Entre 5% e 15%	Entre 15% e 25%	Mais que 25%
Até 5%	1	4	0	0
Entre 5% e 15%	0	3	0	0
Entre 15% e 25%	0	0	0	0
Mais que 25%	0	0	0	0

Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Observa-se resultado positivo para quatro dos países que tinha renda per capita de até 5% da mundial, mesmo com a desvalorização do Franco CFA. São eles: Burkina Faso, Guiné-Bissau, Mali e Togo.

Tabela 5 Tabela de evolução do PIB per capita dos países da UEMOA como fração do resultado mundial (em dólares PPC) entre 1994 e 2014

1994/2014	Até 5%	Entre 5% e 15%	Entre 15% e 25%	Mais que 25%
Até 5%	0	0	0	0
Entre 5% e 15%	0	4	0	0
Entre 15% e 25%	0	2	1	0
Mais que 25%	0	0	1	0

Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

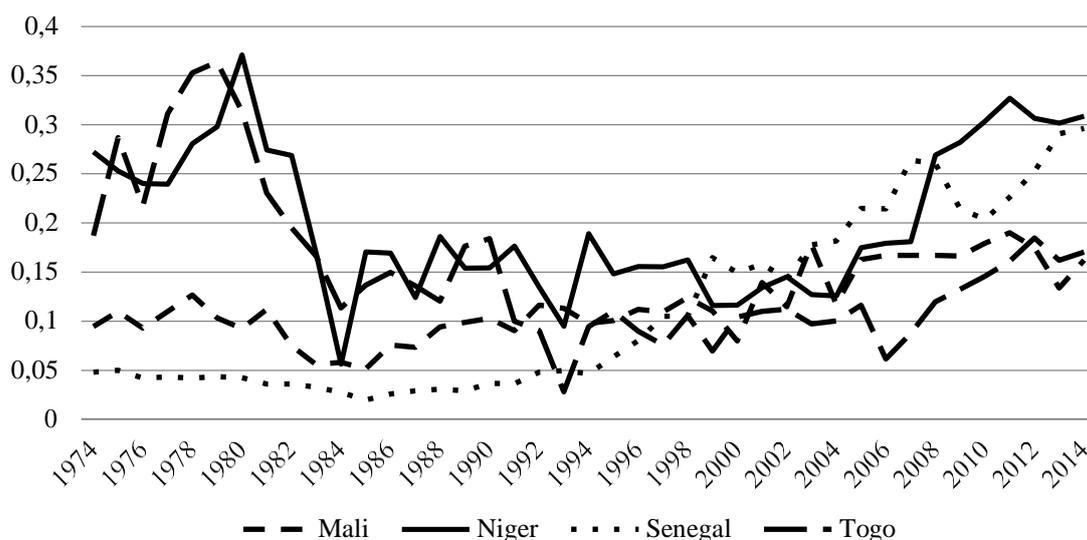
Em paridade do poder de compra, observa-se que não houve a queda devido à desvalorização do Franco CFA observada anteriormente e, conseqüentemente, os resultados foram, de forma geral, melhores. Houve uma estagnação com exceção de três países que tiveram queda de sua renda per capita em PPC em relação ao resultado mundial, estes foram: do grupo inicial de $(0,25;1]$ da renda per capita mundial a Costa do Marfim e do grupo de $(0,15, 0,25]$ da renda per capita mundial Guiné-Bissau e Benim.

Taxa de investimento

Muitas vezes apenas o resultado econômico não é suficiente para desenvolver uma análise detalhada das perspectivas da renda per capita nos anos seguintes. Desde Solow (1956) e, nos anos seguintes o surgimento da teoria do crescimento endógeno, houve um grande avanço na literatura sobre o crescimento econômico. Um fator vital que é apontado no modelo de Solow (1956) é a taxa de poupança. Portanto, é válido realizar uma análise dos países da UEMOA nesta variável.

Devido a indisponibilidade e dados, utiliza-se no presente trabalho a mesma simplificação realizada no modelo de Solow¹⁶, assumindo que a taxa de poupança é igual à taxa de investimento. Os gráficos a seguir mostram a evolução das taxas de investimento para os países da UEMOA em décadas recentes.

Figura 1 Evolução da Taxa de Investimento



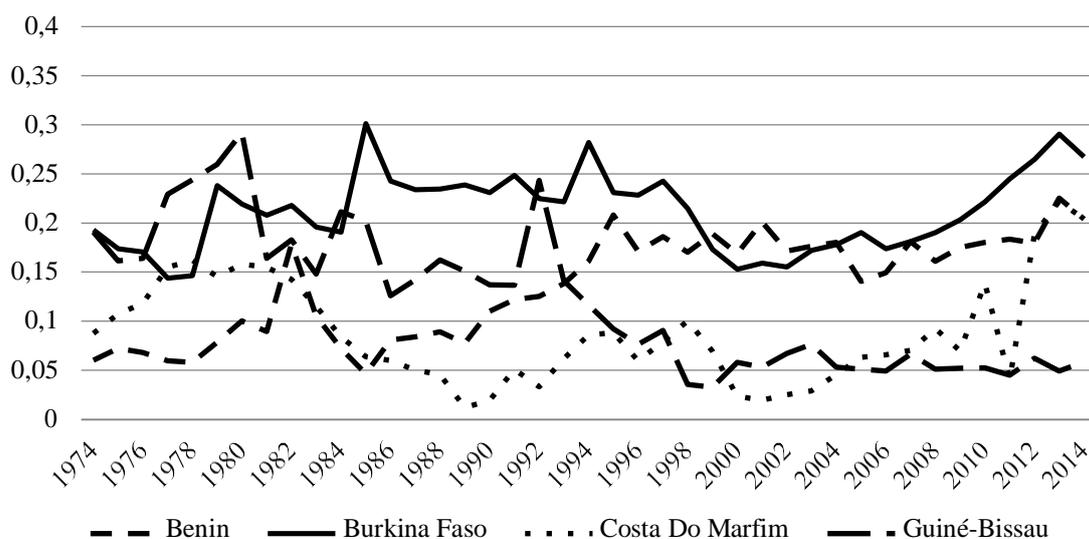
Fonte: Penn World Table. Elaboração do autor.

Na primeira década analisada se destacam positivamente Níger e Togo com taxas de investimento que flutuam entre 16% a uma fração próxima de 30% do produto¹⁷. O pior desempenho do grupo de países pertence a Senegal, que apresentou uma média de 4,1% no período. Porém a economia senegalesa tem um aumento considerável na taxa de investimento média que salta para 23% entre 2003 e 2014.

Dentre os países do gráfico acima observa-se uma certa estabilidade da taxa de investimento nas duas décadas seguintes, com limite superior de aproximadamente 18%. Destaca-se nesse período o início da expansão da taxa de investimento do Senegal que, atualmente é a segunda maior entre os quatro países analisados.

¹⁶ O modelo de Solow assume uma economia fechada e sem governo. Desta forma é facilmente demonstrado que a poupança desta economia simplificada será igual ao volume de investimento em qualquer período.

¹⁷ Togo ultrapassa esta marca de 30% durante 5 anos seguidos.

Figura 2 Evolução da Taxa de Investimento

Fonte: Penn World Table. Elaboração do autor.

Na década seguinte os destaques foram Burkina Faso com média de 23% e Guiné-Bissau¹⁸ com média de 16%. Porém nas décadas seguintes as economias tomaram rumos distintos, enquanto Burkina Faso consegue manter uma taxa de investimento média de 21%, Guiné-Bissau tem uma forte queda para uma média de 6,1% do PIB. A alta taxa de investimento de Burkina Faso pode ser uma das causas do seu produto per capita crescer mais que o produto per capita mundial nos últimos 20 anos.

Outros desempenhos notáveis para o grupo de países analisado são os casos de Benin e Costa do Marfim. O primeiro merece destaque devido a sua constante expansão da taxa de investimento no PIB, saindo de uma das menores no grupo em 1974 para o grupo dos quatro países que mais investem em 2014, completando o grupo estão: Burkina Faso, Níger e Senegal. Já o segundo pelo seu baixo desempenho na década de 1990 e começo dos anos 2000, com média de 5,3% no período.

¹⁸ Ainda não pertencente a então UMOA.

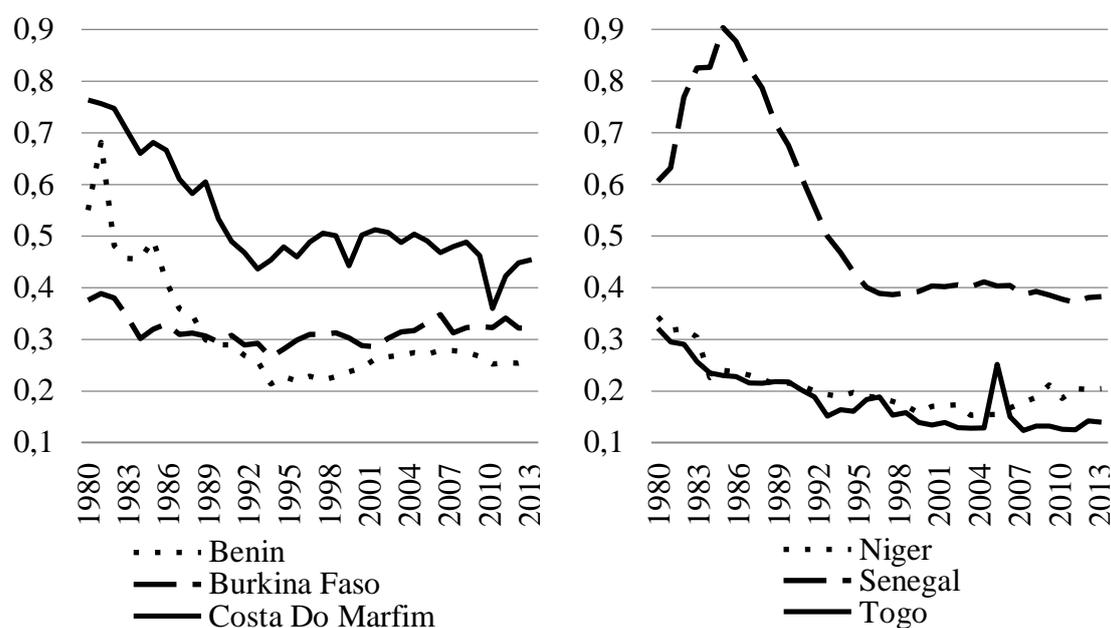
Produtividade total dos fatores

Se no modelo de Solow, o crescimento de curto prazo é causado principalmente pela poupança e investimento, o crescimento de longo prazo é dado pela expansão da produtividade total dos fatores (PTF). Também tido como o progresso tecnológico, este fator é o responsável – segundo o modelo – pelo crescimento sustentado da economia.

Como visto em Sala-i-Martin (2000) mesmo nos modelos de crescimento endógeno a tecnologia, entendida nos modelos como a PTF, em impacto considerável no nível de crescimento de longo prazo.

Os gráficos a seguir mostram a evolução da produtividade total dos fatores relativa aos Estados Unidos para alguns países que atualmente fazem parte da UEMOA.

Figura 3 PTF dos países da UEMOA em relação a PTF dos EUA (padronizado PTF EUA =1 em todos os períodos)



Fonte: Penn World Table. Elaboração do autor.

Observa-se que para os países em que existem dados disponíveis, houve uma tendência geral de queda na produtividade em relação à produtividade da economia dos EUA, a exceção de Burkina Faso que mantém uma trajetória estável em todo o período.

A partir da criação da UEMOA a tendência de queda é amenizada para todos os países analisados.

Porém, conforme discutido por Gonçalves (2013), a PTF não é apenas uma medida de qualidade tecnológica, mas sim um índice mais generalizado de eficiência no processo produtivo. Dentre os fatores que influenciam a produtividade total dos fatores em uma economia estão: qualidade no ambiente de negócios, força das instituições dentre outros. Desta forma, uma das possíveis explicações para a estabilidade da PTF é a mudança institucional experimentada pelos países da UEMOA. Uma análise mais concentrada na ciência e tecnologia é realizada nas seções seguintes.

5. Ambiente Institucional

Segundo North (1990), as instituições são as regras do jogo na sociedade, as restrições criadas pelo homem que moldam a interação humana. Estas reduzem as incertezas ao prover uma estrutura social estável para as interações entre indivíduos. De fato, o arcabouço institucional muitas vezes é responsável pelos incentivos aos quais os agentes reagem e, desta forma, são responsáveis pelo desempenho econômico.

Muitas vezes uma herança colonial pode afetar o desenho das instituições dos países colonizados, mesmo após o processo de independência (NORTH, 1990) e (SHIRLEY, 2005). A América Latina é dada como exemplo de herança institucional, que afeta as instituições formais¹⁹ destes países. Nestes países o arcabouço institucional formal de tendência burocrática afeta os incentivos dos indivíduos a desenvolver uma nova atividade produtiva. Assim, é válido analisar a qualidade das instituições formais dos países da UEMOA.

Burocracia

A tabela 6 abaixo mostra dois indicadores da burocracia em manter um negócio nos países da UEMOA, são eles (i) o número de dias necessários para montar um negócio e (ii) o número de horas anuais despendidas para o pagamento de impostos.

Enquanto o processo de pagamento de impostos permanece sem grandes modificações. Parece ter ocorrido um choque institucional em todos os países da UEMOA no sentido de facilitar a abertura de novas empresas. Merece destaque a mudança ocorrida em Guiné-Bissau uma incrível redução de 96,5% no número de dias necessário para abrir um negócio.

¹⁹ Instituições formais são o conjunto de normas sociais que estão descritas no conjunto de leis de um país. Enquanto instituições informais são o conjunto de restrições sociais que caracterizam um código de conduta informal entre os indivíduos.

Tabela 6 Número de dias necessários para abrir um negócio e número de horas necessárias para o pagamento de impostos nos países da UEMOA

	Dias para abrir um negócio		Horas no pagamento de impostos	
	2006	2012	2006	2012
Benin	31	26	270	270
Burkina Faso	34	13	270	270
Guiné-Bissau	259	9	218	218
C. do Marfim	45	32	272	272
Mali	41	8	270	270
Níger	24	17	270	270
Senegal	58	5	696	666
Togo	64	38	270	270

Fontes: Doing Business, Africa Development Indicators. Elaboração do autor.

Corrupção, eficácia do governo e estabilidade política

World Bank (1997) define a corrupção como o abuso do poder público para benefício privado. Significado semelhante ao adotado por Bardhan (2006) que utiliza a noção de corrupção dada pelo uso do cargo público para ganhos privados. Este último argumenta que parte da corrupção ocorre devido a busca, por parte dos corruptores, de se livrar de regulações sem sentido. De fato, Leff (1964) argumenta que o suborno pode ajudar as firmas com maior disposição a pagar impostos, estes que no longo prazo serão os mais eficientes, a se livrar da burocracia. Assim espera-se alguma relação positiva entre a corrupção e o nível de burocracia e, pelo fato da burocracia ser causada por um arcabouço institucional ineficiente, a corrupção tende a ter relação negativa com a eficiência institucional.

Andvig e Moene (1990) afirma que um agente público age de forma corrupta se, direta ou indiretamente, negocia com um agente privado usando recursos do setor

público, incluindo sua influência e informação privilegiada para adquirir pagamento que seja contra as regras organizacionais do setor público ou contra as leis. Já um agente privado demanda corrupção se tenta subornar um burocrata. Os ofertantes dos serviços de corrupção são estes burocratas que optam por aceitar pagamentos por serviços ilegais.

Além da corrupção, Asiedu (2006) encontra que instabilidade política afeta negativamente o investimento estrangeiro direto nos países. Resultado que pode ser interpretado de que a instabilidade política seja relacionada com instituições fracas ou ineficientes, de forma que o país se torne menos atrativo ao investimento.

Waguespack et. al. (2005) mostra que possíveis inventores levam em consideração a estabilidade política como um indicador das expectativas econômicas quando decidem se irão ou não iniciar uma atividade inventiva. Os autores mostram que quanto maior a estabilidade política maior o número de pedidos de patentes. Assim o trabalho relaciona o motor do crescimento econômico de longo prazo – progresso tecnológico – à estabilidade política de uma região. Um papel mais óbvio ao desenvolvimento pode ser atribuído à eficiência do governo percebido pelos habitantes do país. O impacto neste caso é direto, se o governo promove de forma eficiente serviços como saúde e educação as pessoas desses países viverão em condições melhores, ou seja, estarão em um estágio maior de desenvolvimento. A tabela a seguir mostra a evolução dos indicadores de controle da corrupção, estabilidade política e eficiência governamental para os países da UEMOA. Todos os índices variam de -2,5 (pior resultado) para 2,5 (melhor resultado).

No controle da corrupção praticamente todos os países da UEMOA estão na metade inferior de resultados possíveis²⁰, enquanto Mali, Níger, Senegal e Togo melhoraram de situação nos últimos 20 anos e Benin se manteve estável, Burkina Faso, Costa do Marfim e Guiné-Bissau pioraram no período. O destaque dentre os países que melhoraram de situação é de Níger que melhorou cerca de 0,2 pontos, enquanto o destaque negativo é de Guiné-Bissau que piorou aproximadamente 0,4 pontos. De forma geral, em todos os países da UEMOA é extremamente recomendado que se desenvolva novas medidas de combate à corrupção.

²⁰ Com exceção de Burkina Faso em 1996.

Tabela 7 Índices de corrupção, estabilidade política e eficiência governamental nos países da UEMOA (-2,5 mínimo; 2,5 máximo)

	Controle da corrupção		Estabilidade política		Efic. governamental	
	1996	2017	1996	2017	1996	2017
Benin	-0,54811	-0,54721	1,04893	0,045326	-0,38056	-0,64345
B. Faso	0,11151	-0,11024	-0,30161	-0,92497	-0,92894	-0,58881
C. do Marfim	-0,26057	-0,52175	0,034839	-1,09378	-0,26098	-0,74147
G. Bissau	-1,19466	-1,56225	-1,53923	-0,60029	-1,40965	-1,76607
Mali	-0,78256	-0,63498	0,363846	-1,9101	-0,99845	-0,93755
Níger	-0,86559	-0,64737	0,026345	-1,30297	-1,16929	-0,67332
Senegal	-0,14271	-0,08604	-0,6025	-0,0447	0,076243	-0,31977
Togo	-0,84262	-0,7052	-0,377	-0,73988	-0,68859	-1,12533

Fonte: Worldwide Governance Indicators. Elaboração do autor.

Ao analisar a estabilidade política, percebe-se que apenas Benin se mantém acima da mediana, apesar da considerável queda no indicador apresentada. Além deste primeiro, outros cinco países pioraram de desempenho com destaque para Mali que piorou aproximadamente 2,3 pontos, quase metade da distribuição possível de pontos. O panorama da UEMOA em relação a estabilidade política piorou nos últimos anos e deixa a desejar. A comunicação entre adversários políticos e respeito às instituições deve ser uma das metas a ser perseguida pelos países da união.

Na maioria dos países a eficiência governamental percebida pela população foi reduzida nos últimos 20 anos²¹, devido este indicador ser referente à área na qual o governo afeta mais o nível de bem-estar de seus cidadãos e, por consequência, seu nível de desenvolvimento é urgente a tomada de medidas que reforcem a qualidade dos serviços que são oferecidos pelo governo. Porém diversas são as limitações para isso, dentre elas: falta de capital humano no quadro de funcionários, má logística na

²¹ As exceções são Burkina Faso, Mali e Níger.

prestação de serviços, conflito de interesses, demanda crescente por estes serviços entre outros.

Por fim cabe analisar os resultados nos três indicadores para dois países: Mali e Níger. Estes são no mínimo inconsistentes de um ponto de vista teórico. Os dois países melhoraram no controle da corrupção e na eficiência governamental nos últimos 20 anos, porém apresentaram queda considerável na estabilidade política no mesmo período. Os resultados vão de encontro ao raciocínio lógico esperado que, maior qualidade no setor governamental levaria, por consequência, a uma maior estabilidade política.

6. Desenvolvimento Econômico

Crescimento no número de artigos científicos anuais

Tido como motor de crescimento de longo prazo, o progresso tecnológico é fundamental para o processo de desenvolvimento de qualquer economia. Como descrito anteriormente, a análise feita somente pela produtividade total dos fatores pode incluir outros aspectos além do progresso tecnológico em si como: melhorias institucionais, mudanças na qualidade da força de trabalho entre outros.

Uma forma de filtrar a análise do progresso tecnológico é a análise de indicadores específicos relacionados à ciência. Um indicador do desenvolvimento científico de um país é o número de artigos técnicos ou científicos publicados anualmente. Com o objetivo de analisar este campo do crescimento e desenvolvimento econômico para os países da UEMOA, a partir do número de artigos publicados em 2003 e em 2016 calculou-se uma taxa de crescimento para cada país da UEMOA e toma-se como referência o mesmo cálculo para as publicações em todo o mundo. De forma, simplificada computa-se para cada país da união e para o mundo, o número de artigos publicados em 2016 e calcula-se a taxa de crescimento em comparação com o ano de 2003.

Tabela 8 Taxa de crescimento no número de artigos publicados em todo o ano entre o ano de 2003 e o ano de 2016 para os países da UEMOA e o mundo

	Taxa de crescimento 2003-2016		Taxa de crescimento 2003-2016		Taxa de crescimento 2003-2016
Benin	254,45%	Guiné-Bissau	43,75%	Senegal	77,57%
Burkina Faso	189,56%	Mali	136,59%	Togo	191,22%
C. do Marfim	92,73%	Níger	153,85%	Mundo	93,62%

Fonte: World Development Indicators. Elaboração do autor.

Dos oito países da UEMOA, cinco tiveram crescimento no número de artigos científicos publicados acima do crescimento mundial caracterizando um ótimo resultado para a união como um todo, já que nenhum país apresentou queda. Dentre os países que cresceram mais que o mundo o destaque fica para Benin com crescimento de 254%, mais que o dobro do crescimento mundial.

Porém, estes resultados devem ser analisados com certa cautela. Nem sempre a pesquisa científica esta sendo levada em caminhos “úteis” para a sociedade. Essa possível distância da pesquisa científica para as necessidades da população podem tornar o progresso científico observado “infértil”. Contudo, mesmo com esta ressalva o progresso em alguns países foi tão expressivo que, de forma geral, o número de pesquisas científicas com impacto na vida da população também tenha crescido.

Indicadores de saúde

Na visão de Sen (1999), a falta de acesso à saúde ou a falta desta em si pode ser uma forma de privação de liberdade para os indivíduos, de forma a impedir que estes possam exercer todas as suas capacidades e se desenvolverem. Este não desenvolvimento de capacidades pode, por exemplo, se traduzir em uma diferença de renda – sendo esta outra forma de privação da liberdade – caracterizada neste caso pela incapacidade de trabalhar, por sua vez esta incapacidade pode se tornar um estigma de exclusão social.

Assim, uma forma de privação de liberdade pode levar a outras restrições, reduzindo cada vez mais a capacidade do indivíduo, e da economia de forma agregada, de se desenvolverem.

De forma mais direta, além de privar as pessoas, a saúde deve ser vista como um dos objetivos do desenvolvimento econômico, pois esta é diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas.

Para analisar a questão da saúde nos países da UEMOA foram escolhidos dois indicadores: (i) prevalência de desnutrição como percentual da população; (ii) gastos com saúde (público e privado) per capita em dólares de 2000 (PPC). Os dados são encontrados na tabela 9 abaixo.

Tabela 9 Prevalência de desnutrição como proporção da população e gastos (públicos e privados) com saúde per capita (US\$ de 2000 PPC)

	Prevalência de desnutrição		Gastos com saúde	
	1995	2011	1995	2009
Benin	18,7%	8,1%	46,56112	64,72567
Burkina Faso	18,6%	25,9%	29,31041	87,59928
Costa do Marfim	14%	21,4%	69,64149	86,24531
Guiné-Bissau	23,1%	8,7%	39,7165	34,65992
Mali	26,1%	7,9%	32,09604	65,97561
Níger	36,3%	12,6%	16,39698	40,07734
Senegal	25,7%	20,5%	43,17831	102,0981
Togo	26,8%	16,5%	42,87468	57,12038

Fonte: World Development Indicators. Elaboração do autor.

A escolha destes indicadores se dá para propor uma nova visão sobre a avaliação da saúde no processo de desenvolvimento. Ao analisar o gasto com a prevalência de desnutrição ou qualquer outro indicador, geram resultados suficientes para analisar a qualidade do gasto em saúde no país. Proposta que vai além da análise simples da expectativa de vida ao nascer, que apenas mostra o resultado observado e não a dimensão ou efetividade do esforço para melhorar a saúde de uma região.

Opta-se pelo indicado de prevalência de desnutrição ao invés da expectativa de vida ao nascer, pois este último indicador já é incorporado ao IDH que será analisado adiante.

Em relação à prevalência de desnutrição, a maior parte dos países reduziu a fração dos desnutridos em sua população com exceção de Burkina Faso e Costa do Marfim, ambos com aproximadamente de 7 pontos percentuais. Estes países precisam com urgência de novas políticas assistencialistas de combate à fome. Destacam-se

positivamente Mali e Níger que reduziram aproximadamente a fração de desnutridos em 18 e 24 pontos percentuais respectivamente.

Praticamente todos os países aumentaram seus gastos com saúde per capita, com exceção de Guiné Bissau. A importância que é dada a saúde aparentemente é maior no Senegal e na Burkina Faso, os apresentaram maior aumento no gasto e também apresentam o maior volume de gasto per capita em saúde.

No entanto, na conclusão anterior cabe uma ressalva, Burkina Faso apresentou maior crescimento nos gastos com saúde e um dos maiores volumes de gastos, porém também foi um dos únicos países a apresentar aumento na taxa de desnutridos. Aqui, cabe uma análise futura mais detalhada não somente do volume de gastos, mas também da qualidade do gasto.

Porcentagem da população com acesso à internet

Embora não esteja explícito em sua obra, a falta de acesso à internet pode entendida como uma das restrições de liberdades e capacidades expostas por Sen (1990). A argumentação segue a lógica, atualmente o acesso à internet expande consideravelmente a capacidade do indivíduo de interação social e profissional, assim o indivíduo que não utiliza a internet terá maior dificuldade para conseguir desenvolver-se. Aqui tanto no âmbito profissional quanto no acadêmico, por exemplo este não terá acesso à facilidade que seus concorrentes terão em encontrar uma vaga de emprego ou um curso que vá capacitar o seu capital humano. Além desta livre interpretação anterior, o acesso à internet pode ser visto como uma importante ferramenta de informação sobre a situação política de seu país²², e influencia diretamente na livre expressão e organização política.

Porém a análise deve ser realizada com cautela devido a possível existência de controle da internet por diversos grupos de interesse com o objetivo de manipulação política. A tabela 10 a seguir mostra a porcentagem da população com acesso à internet nos países da UEMOA.

²² Vale ressaltar aqui o fenômeno das “fake news” notícias falsas que se propagam na internet com a intenção de condicionar a visão do leitor sobre algum assunto, geralmente de cunho político.

Tabela 10 Porcentagem da população com acesso à internet nos países da UEMOA

	2000	2016
Benin	0,2%	12,0%
Burkina Faso	0,1%	14,0%
Costa do Marfim	0,2%	26,5%
Guiné-Bissau	0,2%	3,8%
Mali	0,1%	11,1%
Níger	0,0%	4,3%
Senegal	0,4%	25,7%
Togo	0,8%	11,3%
Mundo	6,7%	45,7%

Fonte: UNData. Elaboração do autor.

Igualdade de gênero

O preconceito de gênero é, em si, uma forma de privação das liberdades e capacidades das mulheres, estas essenciais ao desenvolvimento segundo a análise de Sen (1990). O estigma social existente em muitas sociedades pode literalmente impedir que mulheres possam estudar ou trabalhar, reduzindo suas capacidades e liberdades.

O reconhecimento adequado dos direitos e liberdades para as mulheres está dentre as oito metas do milênio da ONU (Organização das Nações Unidas) na forma de promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres. Desta forma, a igualdade de gênero deve ser vista como um meio e como um objetivo no estudo do desenvolvimento econômico, um meio de alcançar o desenvolvimento de capacidades e liberdades e um objetivo da melhoria da qualidade de vida e quebra do estigma social existente em alguns países apenas pelo fato de ser mulher.

Como indicador do grau de desenvolvimento da promoção da igualdade de gênero nos países da UEMOA foi escolhido o número de parlamentares do sexo feminino comparado vis-à-vis com a fração de mulheres na população total destes países e no mundo.

A escolha deste indicador é simples, via de regra, o processo de escolha de parlamentares ocorre via eleições, desta forma o grau de representação de mulheres no parlamento reflete ao mesmo o quanto a sociedade em geral aceita livremente mulheres ocupando cargos de liderança, mostrando empoderamento das mulheres nesta sociedade, como também mostra a capacidade e liberdade que as mulheres têm de ser organizar politicamente em busca de direitos

Como visto na tabela 11 abaixo, o mundo expandiu a participação das mulheres no parlamento em aproximadamente 4,4 pontos percentuais e ainda apresenta pouca participação feminina em relação à fração de mulheres na população. Assim, fica evidente que a questão da igualdade de gênero é uma meta ainda a ser alcançada no mundo todo.

Enquanto dois países da UEMOA apresentaram redução na participação percentual das mulheres no parlamento (Burkina Faso e Mali), três apresentaram uma expansão da participação das mulheres no parlamento superior à observada no mundo são eles Níger, Togo e Senegal.

Este último apresenta uma extraordinária expansão de 20 pontos percentuais na participação de mulheres no parlamento, tal expressivo resultado deixa evidente alguns avanços na representatividade social e política no país.

Tabela 11 Participação feminina no parlamento e na população geral para os países da UEMOA e para o mundo

	2010		2017	
	Fração de mulheres no parlamento	Fração de mulheres na população	Fração de mulheres no parlamento	Fração de mulheres na população
Benin	10,80%	50,33%	7,20%	50,12%
Burkina Faso	15,30%	50,42%	11%	50,13%
Costa do Marfim	8,90%	48,98%	11,50%	49,34%
Guiné-Bissau	10%	50,98%	13,70%	50,80%
Mali	10,20%	50,04%	8,80%	49,96%
Níger	9,70%	50,02%	17%	49,86%
Senegal	22,70%	51,04%	42,70%	50,87%
Togo	11,10%	50,22%	17,60%	50,15%
Mundo	19%	49,56%	23,40%	49,54%

Fonte: UNData. Elaboração do autor.

IDH

O índice criado por Amartya Sen consegue condensar em um indicador com expressivo poder explicativo diversos âmbitos do desenvolvimento econômico e social. Realizando com eficácia e simplicidade explicações sobre diferentes estágios de desenvolvimento de uma nação.

Segundo Lemos (2008), o IDH combina de três dimensões do desenvolvimento saúde, educação e renda. A saúde está expressa pela esperança de vida ao nascer; o nível de educação encontra-se representado através da combinação da taxa de alfabetização de adultos (15 anos ou mais), com uma ponderação de 2/3, e pela taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (básico, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade, com ponderação de 1/3; e a renda per capita está

mensurada pelo PIB real per capita expresso em dólares PPC (paridade do poder de compra). A tabela abaixo mostra a evolução do IDH para os países da UEMOA em anos recentes. O índice varia de 0 a 1, sendo 1 o melhor resultado possível.

Tabela 12 Evolução do IDH para os países da UEMOA

	1990	2011
Benin	0,314	0,434
Burkina Faso	--	0,34
Costa do Marfim	0,36	0,426
Guiné-Bissau	--	0,364
Mali	0,204	0,347
Níger	0,198	0,297
Senegal	0,368	0,471
Togo	0,382	0,455

Fonte: African Development Indicators. Elaboração do autor.

Em todos os países para os quais existem dados disponíveis observa-se crescimento no IDH na UEMOA, porém mesmo com esta expansão os países com melhores resultados neste indicador (Senegal, Togo e Benin) estão apenas próximos da metade da pontuação máxima possível. Resultado que sintetiza a maioria dos outros resultados obtidos, apesar das expansões observadas nos últimos anos ainda há um longo caminho para os países da UEMOA percorrem rumo ao alto nível de desenvolvimento econômico e social.

7. Conclusões

A principal conclusão do presente trabalho é que não há um padrão no processo de desenvolvimento para os países da UEMOA quando se trata de intensidade da evolução nos diferentes estados membros do bloco. No entanto, alguns indicadores apresentaram sentido semelhante entre os países²³, como a queda do produto per capita como uma fração do produto per capita mundial, a queda da produtividade total dos fatores e sua estabilização após 1994, o esforço dos países no sentido da redução da burocracia para se abri novos negócios, o aumento no número de pesquisas científicas comparando-se 2003 e 2016²⁴, a melhoria insuficiente na disseminação do acesso à internet aos seus habitantes, o aumento no gasto de saúde per capita e a expansão do IDH.

Nos outros indicadores observa-se um comportamento no qual não há um direção compartilhada entre os países (melhoria ou piora), mas observa-se a maior prevalência de piora no cenário de forma agregada. Com exceção do indicador selecionado para analisar a igualdade de gênero, o qual não apresentou um movimento no mesmo sentido entre todos os países, mas uma evolução positiva ao se avaliar a união de foram geral.

Finalmente, conclui-se que não há sentido nem intensidade comum compartilhada entre os países da UEMOA no que se refere ao processo de desenvolvimento econômico e social. Apesar dos avanços verificados e algumas posições relativamente confortáveis de alguns países ao analisar indicadores específicos, torna-se evidente a necessidade dos estados membros da UEMOA de elaborar novas políticas voltadas ao desenvolvimento do bloco. Alguns estados devem analisar as políticas que estão apresentando resultados nas outras nações da união. Por exemplo, os governantes do Mali podem estudar minuciosamente as causas da evolução na igualdade de gênero no Senegal para, desta forma elaborarem políticas específicas para seu país.

Por fim, cabe ressaltar as limitações do trabalho em relação à disponibilidade de dados considerados “padrão” na análise de desenvolvimento, como expectativa de anos de educação para homens e mulheres, índices de concentração de renda e

²³ Onde diferem em intensidade.

²⁴ Com alguns países com crescimento maior que o apresentado no mundo.

desigualdade entre outros. O presente trabalho recomenda para pesquisa futura uma análise mais específica e minuciosa de alguns resultados destacados nas seções anteriores para tomar conclusões sobre quais medidas influenciaram nestes resultados e como expandir as boas práticas observadas para os outros países do bloco.

8. Referências

ANDVIG, J. C.; MOENE, K. O. How corruption may corrupt. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 13, n. 1, p. 63–76, 1990.

APPIAH, A.; GATES, H.L. (Ed.). **Encyclopedia of Africa**. Oxford University Press on Demand, 2010.

ASIEDU, E. Foreign direct investment in Africa: The role of natural resources, market size, government policy, institutions and political instability. **World economy**, v. 29, n. 1, p. 63-77, 2006.

BARDHAN, P. The economist's approach to the problem of corruption. **World Development**, v. 34, n. 2, p. 341–348, 2006.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 29, n. 4, p. 200-220, 2002.

CHAFER, T. **The end of empire in French West Africa: France's successful decolonization**. Bloomsbury Publishing, 2002.

DANG, G. et al. **Infrastructure investments in developing economies**. Cingapura. Springer. 2015.

FERNANDES, L. N. Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) como Estratégia de Desenvolvimento Regional. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

GILLIS, M. et al. **Economics of development**. WW Norton & Company, Inc., 1992.

GONÇALVES, C.E.S. Desenvolvimento econômico: uma breve incursão teórica. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 39-62, 2013.

KI-ZERBO, J. **História da África negra**. Biblioteca Universitária, 1972.

LEFF, N. H. Economic Development Through Bureaucratic Corruption. **American Behavioral Scientist**, v. 8, n. 3, p. 8–14, nov. 1964.

LEITE, P.S. **Novo enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias convencionais**. Edições UFC, 1983.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

MALTHUS, T. **Ensaio sobre o princípio da população**. Lisboa. Relógio D'Água. 2014.

MENSAH, A. **The process of monetary decolonization in Africa**. Utafiti, v. 4, n. 1, 1979.

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. **Textos de economia**, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

NORTH, D.C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

OLIVIER, A. K. Ortodoxia e heterodoxia econômicas: o caso da união econômica e monetária da África Ocidental (UEMOA). **Dissertação de Mestrado**, Universidade de Brasília, 2014.

RAY, D. **Development economics**. Princeton University Press, 1998.

SALA-I-MARTIN, X. **Apuntes de crecimiento económico**. Antoni Bosch Editor, 2000.

SHIRLEY, M. M. Institutions and development. **Handbook of new institutional economics**. Springer, Boston, MA, 2005. p. 611-638.

SILVA, J. I. A integração econômica da Guiné-Bissau na UEMOA. **Monografia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SOLOW, R. M. A contribution to the theory of economic growth. **The quarterly journal of economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SOUZA, N. L. **Desenvolvimento Economico**. São Paulo. Atlas. 1997

VILLELA, A. O desenvolvimento econômico em perspectiva história. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro. Elsevier, p. 63-88, 2013.

WAGUESPACK, D. M.; BIRNIR, J. K.; SCHROEDER, J. Technological development and political stability: Patenting in Latin America and the Caribbean. **Research policy**, v. 34, n. 10, p. 1570-1590, 2005.

WORLD BANK. **World development report**. 20.1997. The state in a changing world. [s.l.] na, 1997